

PARECER TÉCNICO JURÍDICO Nº. 172/2024

Assunto: Possibilidade Ou Não De Realizar Termo Aditivo De Prazo À Ata De Registro De Preços Nº. 06/2023, Cujo Objeto a “Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços comuns de engenharia na MANUTENÇÃO de PONTES de MADEIRA localizadas em rodovias estaduais não pavimentadas no âmbito dos Municípios do Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, objeto do Convênio SINFRA-MT Nº 0317/2023.”

Solicitante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

Restou-se solicitado, pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal – CIDESAT, parecer técnico jurídico relativo à possibilidade ou não de prorrogação de prazo de Ata de Registro de Preços – ARP.

A ARP em questão trata-se da 006/2023/CIDESAT, oriunda do pregão presencial para registro de preços nº 04/2023 - processo de licitação nº 07/2023, cujo objeto é a *“Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços comuns de engenharia na MANUTENÇÃO de PONTES de MADEIRA localizadas em rodovias estaduais não pavimentadas no âmbito dos Municípios do Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, objeto do Convênio SINFRA-MT Nº 0317/2023. Tudo conforme especificações e condições técnicas no edital e Termo de Referência, e proposta apresentada pela contratada”*

É o relatório.

Passo a opinar.

De início, cumpre destacar que o instituto do Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento adotado há muitos anos por órgãos e entidades públicas, primeiramente, com fundamento no Art. 15, inciso II da Lei Federal

8.666/1993, que dispunha o seguinte: “*as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do sistema de registro de preços.*”

Como aquela legislação dispunha muito pouco sobre o tema temos diversos decretos contendo regras para operacionalização do SRP. Em sua maioria, os atuais regulamentos têm regras similares às apresentadas atualmente pelo Decreto Federal 11.462/2023.

A Lei Federal nº. 14.133/2021, conhecida como nova lei de licitações e contratos administrativos, aprofunda no assunto e apresenta a seguinte definição para o SRP.

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras”; (gn)

Sobre o prazo de vigência da ata de registro de preços, citamos aqui o Art. 84 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

“Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas”. (gn)

Diferentemente da antiga lei geral de licitações, na nova lei o prazo original da ata de registro de preços será sempre de 01 (um) ano, com a possibilidade de prorrogação por mais um ano, se comprovado que o preço ainda é vantajoso para a Administração.

Portanto, neste novo cenário legal, passamos a ter uma importante novidade, já que a ata de registro de preços pode ter vigência de até 02 (dois) anos, para ser utilizada pela Administração diante de suas necessidades de abastecimento.

No presente caso, verifica-se que o processo licitatório 07/2023, que deu origem a ARP 06/2023/CIDESAT, foi embasado na Lei nº. 8.666/1993, já revogada. Entretanto, apesar de ter sido promulgada a Lei Federal nº. 14.133/2021, no dia 01/04/2021, a nova lei de licitações e contratos passou a ser de observância obrigatória e praticamente exclusiva no ordenamento jurídico brasileiro, a partir de 01/01/2024.

Nesse ínterim, em 01/12/2023 fora sedimentado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio da Resolução de Consulta nº. 24/2023-PV, que:

“RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 24/2023 - PV

Ementa: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA. CONSULTA FORMAL. LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO. TRANSIÇÃO PARA A NOVA LEI DE LICITAÇÕES.

1. Após o decurso do prazo estabelecido no inciso II do caput do art. 193 da Lei 14.133/2021, é possível aderir à Ata de Registro de Preços (ARP), com prazo vigente, decorrente de processo licitatório com base nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e/ou arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011, desde que comprovada a vantajosidade econômica para a administração e cumpridas as condicionantes fixadas em regulamento próprio e do órgão gerenciador. 2. Ao Estado e aos municípios, é possível realizar adesão a ata de registro de preço de todas as esferas de governo constituída mediante processo licitatório com fundamento nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e/ou arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011, desde que atendidos os requisitos da legislação autorizativa do

órgão gerenciador, comprovada a vantajosidade econômica da adesão e obtida a aceitação formal do fornecedor beneficiário da Ata. 3. O contrato administrativo decorrente da ARP formalizada com fundamento nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e/ou arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011 deve ser regido pelas respectivas regras previstas na legislação federal adotada, em atendimento ao disposto no art. 191, § 1º, da Lei 14.133/2021. LICITAÇÃO. LEI 14.133/2021. REGULAMENTOS. ESTADO E MUNICÍPIOS. O Estado e os municípios podem aplicar os regulamentos editados pela União para execução da Lei 14.133/2021, conforme estabelecido em seu art. 187, ou, alternativamente, editar regulamento/legislação própria para atender particularidades locais, desde que não contrarie as regras gerais da Nova Lei de Licitações”. (gn)

Isso revela que as relações jurídicas advindas dos contratos oriundos de processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº. 8.666/93, antiga lei de licitações e contratos, apesar da vigência da Lei Federal nº. 14.133/2021, devem continuar observando os ditames da lei passada. Por óbvio, tal conclusão também é aplicada às Atas de Registros de Preços.

Dito isto, cumpre destacar que a matéria de prorrogação de prazo de Atas de Registro de Preços pode ser, originariamente, percebida no Art. 12, *caput*, do Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que “regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993” e no Art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

O inciso III do § 3º do Art. 15 da Lei nº. 8.666/93 preceitua, *in verbis*:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

(...)

III - validade do registro não superior a um ano”. (gn)

O Art. 12, *caput*, do Decreto nº. 7.892/2013, por sua vez, estabelece:

“Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993”.

(gn)

Assim, em análise prefacial, não seria incorreto afirmar a impossibilidade de prorrogação de Atas de Registro de Preços, eis que as próprias normas mencionadas dispõem a inaplicabilidade de estipulação de prazo de vigência superior a 12 (doze) meses e não preveem hipóteses objetivas de prorrogação. Portanto, em respeito ao princípio da legalidade, por força do qual somente é considerada legítima a atuação do agente público ou da Administração Pública dentro daquilo que está expressamente previsto em lei, é que se diz, em linhas gerais, ser descabida a prorrogação de Ata de Registro de Preços.

Contudo, não se pode desprezar que o § 3º do Art. 15 da Lei nº. 8.666/93 (ao qual se remete o Art. 12 do Decreto Federal nº. 7.892/2013) destaca que “o sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais”. Logo, resta nítida que a matéria, *ope legis*, pode ser regulamentada pelo ordenamento jurídico de cada região.

Prova disso é que o próprio Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso se posicionou sobre o tema por meio da Resolução de Consulta nº. 03/2023-PP, *in verbis*:

“Resolução de Consulta nº. 03/2023-PP

Ementa: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO. CONSULTA. LICITAÇÃO.ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PRORROGAÇÃO. A órgãos e entidades que não participaram da licitação resultante no registro de preços é admitida a adesão a ata constituída sob a égide da Lei n.º 8.666/1993, cuja vigência se estende por mais de um ano em decorrência de prorrogação amparada em legislação local, desde que justificada a vantagem da adesão, com evidenciação de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados pelo mercado, realizada prévia consulta ao órgão gerenciador, obtida aceitação do fornecedor e cumpridas as demais condicionantes previstas em legislação local do órgão gerenciador da ata de registro de preços. A possibilidade decorre do entendimento adotado e incorporado pela Lei n.º 14.133/2021 (art.84), que possui aplicação imediata ao caso, inclusive para as situações praticadas com base na Lei n.º 8.666/1993”. (gn)

Desde já, ressalta-se que em relação ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, nota-se a existência da Portaria nº 80/2023/CIDESAT de 05 de dezembro de 2023, que “define o prazo e validade das Atas de Registro de Preços no âmbito do Consórcio”, cujo Art. 1º assim estabelece:

“Art. 1º. O prazo e validade das Atas de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.”. (gn)

Dessa forma, em tese, revela-se absolutamente legal a celebração do Termo Aditivo de prorrogação de prazo pretendido, desde que realizada a devida pesquisa de mercado, a fim de se comprovar a vantajosidade.

Ante o exposto, desde que comprovada a vantajosidade, **opino** favoravelmente à celebração de Termo Aditivo de Prazo à Ata de Registro de Preços nº. 06/2023/CIDESAT, cujo objetivo é a prorrogação de sua vigência por mais 12 (doze) improrrogáveis, eis que a pretensão se encontra em plena consonância com o princípio da legalidade, regente dos atos administrativos.

É o parecer, salvo juízo de maior valor.

Cuiabá/MT, 19 de setembro de 2024.



RONY DE ABREU MUNHOZ
OAB/MT nº. 11.972/O